



Agosto 2019 - ISSN: 1988-7833

PAINÉIS TEÓRICO-CONCEITUAIS DE RELAÇÕES ENTRE VITALIDADE DA PAISAGEM URBANA E CRIMINALIDADE EM CIDADES: VARIÁVEIS PARA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

Willian Carlos Siqueira Lima

Arquiteto e Urbanista, Especialista em Paisagismo, Mestre e Doutorando em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR
Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUCPR
willian.siqueira@pucpr.br

Letícia Peret Antunes Hardt

Arquiteta e Urbanista, Especialista em Paisagismo, Mestre e Doutora em Engenharia Florestal (Conservação da Natureza: Paisagem Urbana) pela Universidade Federal do Paraná – UFPR
Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana e Professora Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR
l.hardt@pucpr.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Willian Carlos Siqueira Lima y Letícia Peret Antunes Hardt (2019): "Painéis teórico-conceituais de relações entre vitalidade da paisagem urbana e criminalidade em cidades: variáveis para análise do caso brasileiro", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (agosto 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/08/paisagem-urbana-criminalidade.html>

RESUMO

Como a criminalidade não pode mais ser interpretada apenas pela motivação criminal individual, devem ser incorporadas à discussão as temáticas da paisagem e da vitalidade da cidade. Porém, raros estudos relacionam elementos morfológicos com locais vitais no Brasil, entendidos como aqueles efetivamente apropriados pelos usuários. Objetiva-se, então, estruturar painéis teórico-conceituais sobre essas variáveis de análise. O trabalho foi desenvolvido em duas fases metodológicas: exploratória-descritiva, apoiada em revisão documental e bibliográfica, e analítica-relacional, voltada à interação dos três temas principais. Os resultados destacam os componentes fundamentais na macro e microescala, tanto para o espaço público quanto para o privado. Por fim, conclui-se que, não obstante o fato de que o debate contemporâneo sobre o crime é universal e multidisciplinar, os delitos são dependentes do contexto específico e da sua respectiva dinâmica socioespacial.

Palavras chave: crime e violência, cenários urbanizados, morfologia urbana, apropriação espacial, espaço público e privado, macro e microescala.

ABSTRACT

As the criminality can no longer be interpreted solely by individual criminal motivation, approaches to landscape and city vitality should be incorporated into its discussion. However, rare studies relate

morphological elements to vital sites in Brazil, understood as those effectively appropriated by users. The objective is, therefore, to structure theoretical-conceptual panels on these analysis variables. The work was developed in two methodological phases: exploratory-descriptive, supported by documentary and bibliographic review, and analytical-relational, focused on the interaction of the three main themes. The results highlight the fundamental components in the macro and microscale, both for public and private space. Finally, it is concluded that, despite the fact that the contemporary debate on crime is universal and multidisciplinary, delicts are dependent on the specific context and its respective socio-spatial dynamics.

Keywords: crime and violence, urbanized scenarios, urban morphology, spatial appropriation, public and private space, macro and microscale.

RESUMEN

Como la criminalidad ya no puede ser interpretada únicamente por la motivación criminal individual, los enfoques del paisaje y la vitalidad de la ciudad deben incorporarse en su discusión. Sin embargo, raros estudios relacionan elementos morfológicos con lugares vitales en Brasil, entendidos como aquellos efectivamente apropiados por los usuarios. Se objetiva, entonces, estructurar paneles teórico-conceptuales sobre esas variables de análisis. El trabajo foi desarrollado en dos fases metodológicas: exploratória-descriptiva, apoyada por revisión documental y bibliográfica, y analítica-relacional, centrada em la interacción de conceptos sobre los tres temas principales. Los resultados destacan los componentes fundamentales en la macro y la microescala, tanto para el espacio público como para el privado. Finalmente, se concluye que, a pesar de que el debate contemporáneo sobre el crimen es universal y multidisciplinario, los delitos dependen del contexto específico y de sus respectivas dinámicas socioespaciales.

Palabras clave: crimen y violencia, escenarios urbanizados, morfología urbana, apropiación espacial, espacio público y privado, macro y microescala.

1 INTRODUÇÃO

É notória a percepção comum que aponta a violência urbana, entendida como uma série de atividades que ameaçam a integridade física individual e coletiva, bem como o patrimônio material e imaterial (CLARKE; ECK, 2003), como um dos mais relevantes problemas atuais do Brasil. A visão da cidade como o *locus* ideal para a gênese e consecução do crime (BEATO FILHO, 2008) é potencializada pelo seu apelo midiático nos meios de comunicação (COSTA, 2005), gerando respostas usualmente focadas na punição e na vigilância como soluções imediatas.

Entretanto, o debate acadêmico sobre o crime centrado apenas em sanções individuais se encontra, a princípio, superado. Historicamente, as pesquisas criminológicas se voltavam à procura de motivos que levam as pessoas a se tornarem criminosas, identificando características biológicas, psicológicas e sociais indutoras do delito. Porém, tais estudos revelam reduzida capacidade de fomento a políticas públicas aplicáveis à melhoria das condições situacionais preventivas (CLARKE; ECK, 2003).

Dessa forma, a discussão contemporânea sobre relações entre cidade e violência não se limita mais à visão do crime como ocorrência policial ou como desvio de conduta individual, passando ao seu entendimento como um fenômeno sociológico, provido de contexto (MAGRINI, 2011). Portanto, as reflexões sobre conjunturas criminológicas devem ser multidisciplinares, nas quais as análises das interações socioespaciais fornecem importantes contribuições à compreensão do tema.

Dentre as possibilidades de interpretação das interações entre crime e espaço, destaca-se o enfoque da criminologia ambiental, que, a partir da década de 1980, tem reunido pesquisas sobre fatores do ambiente que propiciam condições favoráveis à prática de delitos (MELO; MATIAS, 2015), tanto como observação contextual, sob a ótica socioeconômica, quanto como exame situacional, com foco nas condições locais. Inclui, assim, a morfologia e a paisagem urbana como elementos fundamentais ao entendimento do fenômeno criminal. Além disso, estudos apontam que há certo padrão na distribuição espacial dessas ocorrências (CLARKE; ECK, 2003).

A partir da compreensão da paisagem como a associação entre elementos naturais e aqueles modificados pela intervenção humana, necessariamente conjuntos em um recorte temporal e

espacial (HARDT, 2000), fica claro como este conceito é basilar nas relações entre outros temas centrais da pesquisa: vitalidade e criminalidade. Ao definir a primeira como “a alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público, bem como a interação deste com as atividades que acontecem dentro das edificações”, Saboya (2016, p.1) reforça a importância da morfologia no modo e amplitude como os cidadãos desfrutam dessa tipologia espacial. Larkham e Jones (1991, p.55) conceituam este estudo como aquele voltado ao “tecido físico (ou construído) da forma urbana, assim como das pessoas e processos que o moldam”.

Porém, nota-se que o relacionamento entre morfologia e vitalidade, como objeto de análise, tende a ser focado mais nos aspectos sociais do que propriamente no desenho da cidade. De fato, várias pesquisas enfatizam a quantidade de usuários no espaço público para a indicação da vitalidade urbana e buscam identificar alguns dos seus indutores morfológicos. No entanto, se são eficazes no reconhecimento de correlações positivas entre esses aspectos (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012), são incapazes, genericamente, de indicar as negativas, ou seja, as condições que afastam a dinâmica espacial.

A aceção de que a existência de determinado elemento induz à vitalidade e, portanto, a sua ausência a deteriora, não é necessariamente verdadeira. O entendimento de que a paisagem com a presença de várias pessoas desenvolvendo variadas atividades é um forte indício de dinamismo faz com que outras instâncias da morfologia sejam insuficientemente consideradas em análises sobre a temática.

Dessa maneira, o objetivo do presente artigo é estruturar, por meio de painéis teórico-conceituais, variáveis vinculadas à potencialização de vitalidade da paisagem urbana. Para tanto, foram ponderados dois níveis escalares, considerando suas relações com criminalidade nas cidades, notadamente na atual conjuntura brasileira.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram subordinados a duas fases principais. A primeira, de feição exploratória-descritiva, foi desenvolvida a partir de revisão documental e bibliográfica em publicações científicas diversas, de modo a subsidiar a descrição de conceitos, os quais são sistematizados a partir dos três temas centrais da investigação:

- a) paisagem – como expressão visual do território, é abordada segundo suas tipologias e relacionada a características de morfologia espacial;
- b) vitalidade – como qualidade inerente aos espaços de atração de usuários, é voltada, a partir das suas interações com formas urbanas, para relações escalares;
- c) criminalidade – como indutora da violência na cidade e em seus espaços públicos, é tratada pelos seus resultados de conformação de paisagens (in)seguras.

A segunda fase, de ótica analítica-relacional, foi voltada à organização de princípios, critérios e procedimentos de análise, identificando-se, por meio de painéis específicos, variáveis com atributos potencializadores de vitalidade urbana em duas diferentes escalas: macro (características gerais da estrutura urbanística, imperceptíveis ao nível do observador) e micro (condições específicas do local, geralmente percebidas pelo transeunte).

2 RESULTADOS ANALÍTICOS

Em alinhamento com as fases metodológicas antes descritas, inicialmente são interpretados os três temas estruturantes do estudo. Posteriormente, são sintetizadas as relações relevantes para a definição das variáveis promotoras da vitalidade urbana no espaço público.

2.1 Paisagem

Partindo de uma lógica de aprofundamento escalar, que apresenta uma visão do mais amplo conceito para o mais específico, inicia-se a abordagem pela compreensão da paisagem como o tema mais abrangente do arcabouço teórico-conceitual da pesquisa. Intrinsecamente genérica, pode ser compreendida, de modo singelo, como tudo aquilo que pode ser visto no espaço aberto (AMARAL, 2001; SANTOS, 2008[1996]). Apesar de simples, tal assertiva permite visualizar a amplitude da sua ideia e como seu entendimento passa pela incorporação dos mais diversos elementos providos de concretude formal. Aliás, a sua materialidade permite diagnosticar que o seu surgimento ocorreu ao mesmo tempo em que se formou o planeta.

A origem da palavra “paisagem” (*landscape*, em inglês) é atribuída às línguas germânicas do início do século XIII e suas precursoras (*lantscap*, em holandês, e *landschaft*, em alemão) dizem respeito a determinado território devidamente delimitado (ANTROP, 2018[2013]), ou

seja, que poderia ser apropriado ou reclamado por alguém. Apenas no século XV, com o advento do Renascimento, seu conceito passou a incorporar outras questões além das físicas, quando, então, características simbólicas daquilo que é visto também se tornaram relevantes (VOS, 2000), ainda que direcionadas meramente a um elemento representativo de cenário predominantemente natural.

A aceção da paisagem assumiu um caráter mais científico a partir dos anos 1800, quando seu estudo se aproximou do campo disciplinar da geografia a partir dos trabalhos de naturalistas alemães, que a separaram em suas vertentes natural e cultural (VENTURI, 2004). No fim do século XIX, teve início a proliferação de trabalhos em âmbito mundial sobre a temática, os quais cunharam novos conceitos. De modo geral, possuíam, como pontos comuns, a sua relação com aquela disciplina como ciência e o seu foco na descrição dos elementos paisagísticos físicos. Maciel e Lima (2011) identificam os olhares sobre a paisagem atribuídos a cada uma das seguintes escolas:

- a) germânica – entendimento como conjunto de fatores de ordem natural e humana;
- b) francesa – inserção no conceito de região, englobando características naturais e atividades do homem;
- c) soviética – vinculação à noção de “complexo natural territorial”, incluindo processos físicos, químicos e bióticos;
- d) anglo-americana – associação à conceituação de espaço regional, como conjunto de variáveis geradas a partir da ação antrópica e da conformação paisagística.

Um dos principais aprofundamentos preliminares da percepção da paisagem como elemento básico de estudo da geografia ocorreu com o trabalho de Sauer (1925), para quem os aspectos naturais e sociais são componentes indissociáveis e igualmente importantes do fenômeno (TRICART, 1979). A partir de meados do século XX, a evolução tecnológica forneceu novas ferramentas para avaliação do tema, o que permitiu a incorporação de novas variáveis à interpretação, que, ao mesmo tempo, forneceram respostas e aumentaram a complexidade da sua análise. Com a apreensão desse seu caráter holístico, foi gerado um novo campo de conhecimento, chamado “ecologia da paisagem” (*landscape ecology*), que prega a complementariedade dos vários sistemas naturais e antrópicos, nas mais diversas escalas, tendo resultado único (TURNER; GARDNER; O’NEILL, 2015[2001]).

Essa ótica baliza os principais conceitos contemporâneos sobre o tema, os quais delimitam a paisagem como um desenvolvimento continuado de relações entre seus componentes, configurando um sistema. Macedo (2015[1999], p.11) a aponta simultaneamente como produto, resultado de “processo social de ocupação e gestão de um território”, e como sistema “na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente”.

A visão sistêmica da paisagem é corroborada por Hardt (2000), que a entende como um macrosistema e incorpora a dimensão temporal à sua definição. Com efeito, este componente, seja na sua forma cíclica (relacionado ao ciclo natural do dia e da noite), seja no seu contexto linear (referente ao passar do tempo e às transformações antrópicas), é fundamental na compreensão do processo contínuo de alteração paisagística (ARAUJO, 2013; KLEIN, 2018), inclusive com conformação de variações tipológicas.

2.1.1 Tipologias paisagísticas

A multiplicidade de significados cabíveis na palavra “paisagem” (ANTROP, 2018[2013]) e suas diversas possibilidades analíticas tornam, por vezes, necessário o acompanhamento de um termo que a complemente para que seja melhor definida. Surgem, então, expressões como “urbana”, “rural”, “cultural” e “construída”, dentre muitos outros, que ora a qualificam, ora lhe definem um recorte conceitual específico. Auxiliando na determinação de escopos de estudo, geram tipos paisagísticos vinculados, dentre outras classificações, ao nível de antropização, como, por exemplo:

- a) natural – não possui impacto humano significativo;
- b) manejada – tem caráter natural, mas com pequenas intervenções antrópicas que tendem à homogeneização da área;
- c) cultivada – é alterada por processos de cultivo agrícola;
- d) suburbana – intermediária entre a anterior e a próxima, incorpora a presença de assentamentos humanos;
- e) urbana – sofre forte impermeabilização e geometrização por meio dos elementos construídos (FORMAN; GODRON, 1986).

A maioria das classificações tipológicas da paisagem objetiva criar critérios claros de categorização e avaliação, fornecendo importantes ferramentas para intervenção paisagística na escala do planejamento territorial (MARUSIC, 1999). Na Europa, são frequentes os trabalhos que a

classificam em natural (sem interferência do homem ou com tendência à renaturalização) e cultural (com impacto humano como manifestação da cultura vinculada ao tempo da sua ocorrência).

Dependendo do foco analítico, essas duas classes são divididas em diversas categorias, como, por exemplo, nos trabalhos de Plieninger, Trommler e Kizos (2014) e Tieskens et al. (2014). Estes estudos, cujo objeto é o território europeu e suas diversas tipologias de paisagem, focam escalas maiores de análise, identificando diferentes conformações a partir de interações entre elementos naturais e padrões de uso do solo pelas populações locais.

No Brasil, as unidades paisagísticas propostas pelo Projeto Orla (MMA; MP, 2006) se tornaram importantes referências para classificação com vistas ao processo de planejamento. Este e os demais enquadramentos estão inseridos em um mesmo contexto, que é o da cidade. São, portanto, derivados da ideia de paisagem urbana, que pode ser entendida como um macrossistema conformado pelos múltiplos componentes dos sistemas natural e antrópico, aos quais é somada a experiência humana, gerando um conjunto único na perspectiva espaço-temporal (HARDT, 2000).

A questão do tempo como fator fundamental à conceituação desse fenômeno é reforçada por Macedo (2015[1999]), que entende que a resultante paisagística é fruto das transformações morfológicas do ambiente ao longo de certo período. Nesse interstício, há sobreposição dos diversos modos de ocupação que a sociedade desenvolveu na história daquele local (HARDT, 2004).

A compreensão das formas urbanas como área de conhecimento remonta ao final dos anos 1800, notadamente na Alemanha, onde geógrafos começaram a aplicar os conceitos desenvolvidos para o estudo da paisagem às questões inerentes ao meio construído (WHITEHAND, 2007). Porém, é a partir da segunda metade do século passado, já com a cidade moderna consolidada, que são aprofundadas as principais teorias morfológicas sobre o espaço urbanizado.

2.1.2 Morfologia espacial

O entendimento mais simples e consagrado sobre esta temática, como o estudo da forma da urbe, permite inferir que se trata, portanto, de investigações sobre a própria paisagem urbana, tanto em seus aspectos construídos quanto em seus processos sociais de (re)construção (LARKHAM; JONES, 1991). Ao longo da história, são muitas as abordagens teóricas do pensamento sobre o espaço da cidade.

A corrente derivada dos estudos de Conzen (1960), comumente conhecida como abordagem histórico-geográfica, é estruturada a partir do caso em uma cidade britânica. A análise é realizada por meio da divisão espacial da mesma em três escalas: o sistema de ruas, o conjunto dos quarteirões e a implantação dos edifícios.

Entendendo a importância da interpretação histórica na concepção da forma urbana, aquele autor cunhou o conceito de “região morfológica”, que corresponde às áreas relativamente homogêneas nas escalas explicitadas. Esta noção subsidiou vários estudos posteriores, que se valem dos termos “unidade de paisagem” ou “tipologia paisagística” para a avaliação de diversos cenários urbanizados.

Quase paralelamente, Muratori (1959) introduziu o conceito de “tipo morfológico”, também largamente explorado em trabalhos subsequentes. A identificação de padrões arquitetônicos e sua interdependência com as outras escalas de análise permitem a investigação das formas nas três instâncias propostas pelo autor: o traçado viário, o quarteirão e o lote.

Proclamada como uma teoria capaz de abarcar as interações entre espaço e sociedade, a “sintaxe espacial”, desenvolvida por Hillier e Hanson (2009[1984]) e outros estudiosos, procura relacionar padrões de ocupação com a própria forma urbana. Objetiva, assim, fornecer arcabouço teórico e instrumental para avaliar a dinâmica entre o objeto concreto (a cidade) e seu processo de construção social. Com base em Oliveira (2016), o Quadro 1 sistematiza os principais aspectos das correntes apresentadas.

Quadro 1: Características básicas das principais correntes de teorias morfológicas aplicadas a cidades

TEORIA	CONCEITOS-CHAVE	ELEMENTOS DA FORMA URBANA	ESCALAS DE ANÁLISE	ABORDAGEM DO TEMPO
HISTÓRICO-GEOGRÁFICA (CONZEN, 1969)	Divisão tripartida da paisagem urbana Região morfológica	Ruas Parcelas Edifícios	Micro à macro	Consideração da evolução histórica da ocupação
TIPOLÓGICA-PROJETUAL (MURATORI, 1959)	Tipo Processo tipológico	Ruas Quarteirões Edifícios	Micro e macro	Análise da importância da história
SINTAXE ESPACIAL (HILLIER; HANSON, 2009[1984])	Configuração espacial Movimento natural	Ruas Edifícios (espaços interiores)	Micro à macro	Possibilidade de identificação de cenários futuros

Fonte: Elaborado com base em Oliveira (2016).

As teorias apresentadas apontam a variedade escalar como elemento fundamental à compreensão do fenômeno urbano e também são concordantes no apontamento das ruas, dos conjuntos de lotes e dos espaços edificados como elementos básicos da forma da cidade. A sintaxe espacial, entendida como método capaz de analisar as relações entre os “vazios”, como vias e praças, e os “cheios”, ou seja, edificados, indica que os fluxos que os indivíduos fazem neste território tendem a seguir os caminhos mais simples, com menos mudanças de direção (JACOBY, 2006).

A partir dessa consideração, Medeiros (2006) faz o vínculo entre a forma urbana e o processo social de ocupação do território ao indicar que empreendimentos privados tendem a se valer da concentração de movimentação para a definição da sua localização na cidade, o que potencializa ainda mais tais fluxos, gerando um efeito multiplicador, notadamente perceptível nos grandes centros urbanos brasileiros. Entende-se que um dos resultados dessa difusão de consequências é a potencialização da vitalidade urbana, conceito fundamental à presente pesquisa.

2.2 Vitalidade

A partir dos estudos de Jacobs (2011[1961]), a crítica ao planejamento moderno cunhou uma série de novos atributos positivos para os espaços urbanos, mais vinculados às questões qualitativas do que apenas quantitativas. Dentre esses vários conceitos inéditos, a autora destaca a vitalidade como fundamental às cidades pós-modernas, oriunda da riqueza e diversidade de usos e públicos que a urbe deve simultaneamente receber e promover.

Comumente, a vitalidade urbana é conceituada como a qualidade de certo local que o torna atrativo para as pessoas (JALALADDINI; OKTAY, 2012). É, portanto, apresentada como indicadora de performance de determinado espaço público (LYNCH, 2011[1960]), a partir da sua capacidade de receber ampla variedade de funções humanas. Saboya (2016) também aponta a multiplicidade de usos e apropriações como resultados de lugar vital.

Ressaltando a sua vinculação à presença de indivíduos em um local, Montgomery (1998) identifica numericamente a vitalidade como a quantidade de pessoas em dada rua durante diferentes períodos do dia. Por outro lado, Jalaladdini e Oktay (2012) pressupõem os seguintes conceitos para a sua existência:

- a) acessibilidade – considerada sob duas importantes vertentes: a visual, que diz respeito à capacidade de ver o que está acontecendo no espaço, e a física, que é a possibilidade de acessar o local e se valer das suas diversas funções;
- b) equidade – apontada como a potencialidade de uma localidade em acolher as diversas classes sociais que habitam a cidade;
- c) segurança – interpretada quanto à proteção física do indivíduo, bem como com referência à sensação psicológica de estar seguro em determinado ambiente.

Saboya (2016), por sua vez, aponta outros fatores fundamentais a espaços vitais:

- a) densidade de usos e pessoas – estabelecida pela maior quantidade de cidadãos na proximidade de certo local, que claramente potencializa a sua utilização pela diversificação de necessidades que ali podem ser atendidas;
- b) acessibilidade – relacionada tanto à configuração da malha viária que possa fomentar percursos quanto à disponibilidade de diferentes meios de transporte que sejam potenciais provedores de usuários para a área em questão;

- c) arquitetura da rua – referente às relações espaciais da edificação com a via à sua frente; atributos como permeabilidade física e visual, bem como dimensões do domínio privado, influenciam as maneiras como os transeuntes entendem o espaço.

Ainda que estejam fortemente atrelados à quantidade de pessoas como indicador de vitalidade, os critérios apresentados permitem elencar alguns fatores morfológicos fundamentais na análise deste atributo, os quais podem ser considerados, portanto, variáveis importantes no processo analítico de cidades brasileiras. É possível identificar, ainda, semelhanças entre as teorias apresentadas, principalmente nas relações dos elementos explicitados com as escalas de análise. A princípio, algumas dessas características facilitam a ocorrência de crimes, tema tratado no próximo item.

2.3 Criminalidade

Bauman (2008[2006]) aponta que a indeterminação e a insegurança são marcas da cidade pós-moderna e elementos indissociáveis da condição humana, já que são muitas as fontes atuais de temor: violência, catástrofes, desemprego e crimes, por exemplo. Ainda para este autor, a incapacidade da sociedade contemporânea em sobrepujar as incertezas da vida faz com que o perigo e o medo sejam constantes, incitando os indivíduos a procurarem meios de diminuir sua suscetibilidade a riscos.

A despeito da simples conceituação de Booth (2005, p.13) sobre segurança – “estar ou sentir-se seguro perante ameaças ou perigos” – Santos (2016) afirma que o contexto político e as práticas sociais vigentes produzem diferentes entendimentos acerca dessa sensação. Tal fato dificulta até mesmo a definição de um conceito único sobre o tema, uma vez que as diferenças culturais e as múltiplas fontes de medo ampliam sobremaneira as possibilidades de entendimento do fenômeno.

Porém, de modo geral, a violência urbana, em suas diversas modalidades (doméstica, delito comum, crime organizado e violação dos direitos humanos, por exemplo), é constante nos recortes da sociedade brasileira. Este fato é corroborado pelos indicadores constantemente altos de insegurança no país (ADORNO, 2002).

“Sentir-se seguro” corresponde a uma percepção, a qual pode ser individual ou coletiva, e não necessariamente segue o mesmo compasso da violência. As pesquisas sobre insegurança remetem a meados do século passado e buscavam justamente entender as relações entre aquela sensação e os indicadores reais de criminalidade (MELLO NETO, 2016).

Elaborando definições de realidade subjetiva e objetiva, Ferraro (1995) explica que enquanto esta corresponde às condições reais sob as quais o sujeito se encontra – mais relacionada, portanto, à violência –, aquela diz respeito à percepção e experiência do indivíduo – vinculada ao “sentir-se seguro”. Nessa conjuntura, este mesmo autor sistematiza três conceitos-chave:

- a) risco real – oportunidade verdadeira de ser vítima de um crime, compreendida pelos indicadores objetivos de violência;
- b) risco percebido – sensação pessoal de sujeição a atos violentos, baseada na interpretação destes indicadores em conjunto com a experiência individual;
- c) medo do crime – reação emocional ao anterior.

Este último e a insegurança propriamente dita são “a repercussão institucional, cultural e psicológica da violência” (KRUIJT; KOONINGS, 1999, p.2), a qual encontra no meio urbano as condições ideais para sua consecução. Caldeira (2011[2000]) entende que essa consequência é incorporada pelas mudanças sociais da cidade contemporânea, reforçando um padrão de segregação social na urbe. De fato, ainda que não seja um problema exclusivo de ambientes urbanizados, é neles que a problemática é mais acentuada (MOSER, 2004), o que faz com que o tema seja amplamente tratado no meio acadêmico e fora dele, conforme adiante abordado.

2.3.1 Violência urbana

As definições mais abrangentes sobre violência versam sobre a imposição da vontade de alguém por meio de força física ou psicológica para prover privação material, trauma psicológico ou desvantagem simbólica a outrem (SCHMIDT; SCHRÖEDER, 2001). Ainda que a discussão sobre o assunto tenha atingido níveis muito elevados nos tempos atuais, esse fenômeno acompanha a humanidade desde sempre, porém com variados graus de tolerância e entendimento ao longo da história (LEVISKI, 2010). Como exemplo, os rituais religiosos de sacrifício humano, comuns em

sociedades antigas, não eram, à época, considerados violentos, mas uma prática social aceita pela sua cultura.

Em termos históricos, a violência é constantemente associada à expressão de poder, o que a legitimou – e continua legitimando – em diversas situações e, mais que isso, funcionando como geradora de identidades coletivas em comunidades forjadas por conflitos violentos (SILVA, 2001). Nas sociedades prévias à instituição de instâncias judiciárias, era um ato espetacular, com o objetivo de subjugar e inibir a disseminação de ações semelhantes pelos seus indivíduos.

Na Idade Média, o uso da violência foi atrelado à busca pelo enriquecimento e projeção de poder por meio da tomada de terras e outros bens como espólio de batalha. O resultado desse processo, que culminou nos estados absolutistas, foi a confirmação do poder desses governantes, que passaram a centralizar o direito de punir (BERNASKI; SOCHODOLAK, 2016).

O homem moderno viu a substituição da violência física pela psicológica, ainda perpetrada pelo poder centralizador do Estado e corroborada pelas demais instituições sociais, que viam na pacificação dos sujeitos o benefício da manutenção do *status quo* (FOUCAULT, 2014[1975]). Os tempos atuais evidenciam uma exacerbada preocupação com o fenômeno, pois a sociedade contemporânea – e, em especial, a brasileira – tem se deparado com notável aumento de técnicas e formas de sua produção (IANNI, 2002).

Sua análise causal aponta para duas vertentes coexistentes e complementares: a estrutural, originada por tensões sociais, e a situacional, associada à conjuntura específica, que pode aumentar a possibilidade de coação (MOSER, 2004). Enquanto a primeira demanda uma visão mais ampla e multidisciplinar da situação, incorporando questões socioeconômicas à compreensão do fenômeno, a segunda é focada nos aspectos ambientais locais que facilitam a probabilidade de ocorrências violentas. Ambas devem ser consideradas em estudos sobre o tema.

Moser (2004) aponta que, ainda que haja certa sobreposição entre os diversos tipos de violência urbana, estes podem ser classificados em cinco categorias (política, institucional, econômica, econômica-social e social). Uma adequação para a realidade nacional faz com que as manifestações violentas possam ser enquadradas em três conjuntos, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Categorias de violência urbana e respectivas manifestações

CATEGORIA	MANIFESTAÇÕES
Política	Guerrilha Conflito paramilitar Crime político Conflito armado entre organizações políticas
Institucional	Violência policial Abuso de servidores públicos, principalmente das áreas de saúde e educação Milícia
Socioeconômica	Intimidação e violência em disputas econômicas Furto e roubo Sequestro Roubo à mão armada Tráfico de drogas Contrabando Assalto à propriedade Exploração da prostituição Gangue Abuso psicológico Abuso sexual Incivilidade

Fonte: Elaborado com base em Moser (2004).

Ainda que algumas dessas classes se manifestem primordialmente em local privado, a maioria delas tem a cidade como pano de fundo. Alguns tipos de violência parecem se valer especificamente da condição urbana, especialmente das áreas de uso comum, para ter as condições ambientais para a sua consecução.

2.3.2 Violência no espaço público

A concepção do público como oposto e complementar ao privado domina os discursos sociológicos, os quais, historicamente, possuem clara separação. Retrospectivamente, enquanto o

segundo diz respeito ao círculo familiar, o primeiro corresponde ao espaço para se discutir as relações políticas, econômicas e sociais (HABERMAS, 2014[1962]).

Arendt (2016[1958]) aponta que, na sociedade contemporânea, esses domínios tendem a perder seus contornos próprios e a se fundir em algo que a autora chama de “esfera social”. Para Serpa (2007), o capitalismo é o grande motivador dessa mudança, já que leva as leis de mercado para o âmbito privado, as quais, até então, imperavam apenas na escala do público. A substituição da família como órgão agregador e eminentemente particular é feita por outros grupos de caráter comunitário, que tendem a normalizar os padrões de comportamento de seus indivíduos mediante normas peculiares (ARENDR, 2016[1958]).

Discussões contemporâneas que se contrapõem ao conceito de esfera pública de Habermas (2014[1962]) dialogam sobre a existência de múltiplas instâncias, oriundas da falta de homogeneidade social (GRBESA, 2003). Tal multiplicidade não nega o conceito daquele autor, mas o expande para sua adequação à complexidade dos dias atuais, lembrando que seus estudos remetem a outro tipo de sociedade.

Todavia, a atual existência de grupos sociais que ditam o comportamento público não significa necessariamente uma valorização do sentimento de coletividade. Pelo contrário, Sennett (2014[1976]) aponta certo esvaziamento da vida comunitária, provocado pela exacerbação da individualidade. A modernidade líquida de Bauman (2008[2006]), como contraponto ao homem moderno, pressupõe a busca pela liberdade individual, a despeito da insegurança gerada pelo rompimento com o coletivo.

As relações entre o indivíduo e o ambiente são condicionadas por processos econômicos, sociais e políticos, o que transforma um simples espaço em território (HAESBAERT, 2016[2004]). No momento atual, essas interações parecem estar em constante mutação, dependentes da incerteza que permeia os diversos aspectos da vida pós-moderna (VIEIRA; STENGEL, 2012).

Essa constante resignificação na afinidade entre o homem e o meio também acontece nos espaços públicos. Casella (2006) os entende como aqueles destinados ao uso pela coletividade. Para este autor, ainda que geralmente estejam sob responsabilidade governamental, os cidadãos também devem ser encarregados da gestão da sua paisagem como um todo, inclusive com vistas à minimização da incidência da insegurança nesses locais, a qual é comum na atual situação brasileira.

2.3.3 Paisagem (in)segura

No âmbito da adjetivação do termo, talvez a expressão mais precisa seja “paisagem urbana segura”, já que o fenômeno da insegurança é estreitamente relacionado ao contexto da cidade, inclusive no Brasil. Por diversos motivos, esta é o *locus* ideal para a gênese e consecução criminal (BEATO FILHO, 2008). Tal compreensão permite vislumbrar uma primeira relação entre condições de segurança e características paisagísticas de ambientes urbanizados, possibilitando inferir que cenários mais seguros dependem das interações existentes entre fixos (elementos concretos, providos de significados atribuídos pelo homem) e fluxos (práticas urbanísticas, desencadeadas por ações humanas relacionadas com os componentes anteriores) (SANTOS, 2008[1996]).

Cullen (2015[1961]) entende a paisagem urbana como o resultado gerado pela relação entre dois edifícios. É de se supor que este espaço é condicionado fortemente pelo modo como essas edificações se relacionam entre si e com o próprio local.

Aprofundando a compreensão dos elementos relacionais para além do meramente construído, Hardt (2000; 2004) entende que a paisagem, como visualização do ecossistema, pressupõe a percepção dos usuários, principalmente por meio dos seus sentidos, com destaque para a visão. A aplicação desse entendimento ao urbano, simultaneamente como processo e sistema, evoca o seu caráter mutável, condicionador e condicionado à determinada época e a certo desenvolvimento tecnológico, tendo como resultado uma amálgama de tempos, anseios e capacidades humanas. Evidentemente, essa abordagem é atrelada a escalas das formas espaciais e a condições vitais dos ambientes urbanizados.

2.4 Interações escalares entre forma urbana e vitalidade socioespacial

Partindo do pressuposto da necessária divisão escalar para identificação de critérios analíticos e sua respectiva mensuração, é lógico pensar que condicionantes que impactam a conformação de uma cidade são, em parte, diferentes daquelas que influenciam a paisagem de um quarteirão, ainda que ambas se complementem na configuração do seu território como um todo. Essa

separação de escalas é fundamental para a interpretação das formas urbanísticas.

Conforme apresentado por Rossi (2015[1961]) e reforçado por Tricart (1979), a paisagem urbana pode ser estudada a partir de três escalas principais: da rua, do bairro e do tecido urbanizado em sua totalidade, sendo essa divisão recorrente entre estudiosos do tema. Cozens (2008) também identifica o sistema de vias, os quarteirões e as implantações dos edifícios como elementos integrantes do que chama de “plano de cidade”. Essa ideia é corroborada por Del Rio (1990), que apresenta o estudo morfológico estruturado em três dimensões: comunitária (escala do bairro), coletiva (escala da rua) e individual (escala da residência).

Nos tópicos seguintes, são apresentados os elementos identificados como relevantes para a promoção da vitalidade urbana na macro e na microescala. Nessa perspectiva, são estruturados painéis de variáveis aplicáveis à realidade brasileira.

2.4.1 Relações na macroescala

Entende-se por elementos urbanos na macroescala aqueles cuja percepção na totalidade é incapaz de ocorrer aos olhos do pedestre. Ou seja, ainda que a experiência do usuário contemple parcialmente esses componentes, sua abrangência ultrapassa em muito aquela paisagem individualmente percebida. Corresponde, assim, à macroestrutura da cidade, composta pelo sistema de arruamento e pelos bairros (LAMAS, 2014[1993]).

Santos (2008[1996]) aponta que a localização do indivíduo no tecido urbano determina o seu valor, uma vez que atualmente a terra passa a ser vista como mercadoria, especialmente em países de feição capitalista, como é o caso do Brasil. Porém, Villaça (2001[1998]) ressalta que a acessibilidade é o atributo mais valorizado da urbe, entendendo que as áreas melhor localizadas são aquelas com maior investimento social na sua estruturação e conexão com outros espaços da cidade. Esses apontamentos têm, em geral, o sistema viário como indutor de integração. O Quadro 3 descreve, sob a forma de painel teórico-conceitual, a principal variável selecionada para este atributo na macroescala.

Quadro 3: Painel teórico-conceitual de síntese descritiva da variável de macroescala identificada para análise da vitalidade urbana no espaço público

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Integração viária	Como uma rede de possibilidades de rotas, o sistema viário cria algo próximo a um campo de probabilidades que permite identificar as vias com maior chance de serem escolhidas em um percurso (PEREIRA et al., 2011). Nesse contexto, para Hillier e Hanson (2009[1984]), essa integração corresponde ao nível de associação de uma rua preditivo do seu grau de dinamismo, resultante do movimento gerado pela presença de pedestres ou veículos.

Fonte: Elaborado com base nas referências especificadas.

De fato, nesta escala, a **integração viária**, com suas possibilidades de conexão peatonal entre pontos da malha urbanizada, é indicadora da promoção da vitalidade, a tal ponto que Hillier et al. (1993) afirmam que é a configuração desse tecido que define os principais padrões de movimento na cidade. No caso brasileiro, assim como em vários outros, essa condição é também determinante para a ocorrência criminal, tanto pela reduzida presença de pessoas nas ruas pela insuficiência da sua atratividade na maioria das vias, a qual minimiza as sensações de segurança promovidos pelos “olhos na rua” (JACOBS, 2011[1961]), quanto pelas aglomerações em determinadas centralidades, que propiciam os crimes de oportunidade, como furtos e roubos, por exemplo (BEATO FILHO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004). Assim, cabe destacar a importância da variável proposta para a análise daquelas em outros níveis escalares.

2.4.2 Relações na microescala

Essas interações correspondem à escala da rua, na qual a percepção morfológica ocorre no nível do observador, sem particularização de detalhes menores e sem a apreensão da totalidade do tecido. Assemelha-se ao que Cullen (2015[1961]) chama de “visão serial”, correspondente à sucessão de pontos de vista gerando, a cada visual, novas sensações produzidas pelo conjunto de componentes.

Lamas (2014[1993]) apresenta uma série de elementos morfológicos que podem ser enquadrados nesta escala e que impactam a vitalidade urbana, como: fachadas, edifícios, lotes, quarteirões, logradouros e mobiliário, entre demais opções. Com aderência aos anteriores, Saboya (2016) aponta outros fatores, a exemplo de dimensão das quadras, explicando que as menores em

extensão propiciam maior movimento difuso pela ampliação de alternativas de fluxos. O Quadro 4 expõe, sob o formato de painel de síntese, as principais referências teórico-conceituais das variáveis de microescala no espaço público.

Quadro 4: Painel teórico-conceitual de síntese descritiva de variáveis de microescala no espaço público identificadas para análise da vitalidade urbana

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Topografia	As características topográficas interferem não apenas no alcance visual (LYNCH, 2011[1960]), importante para a vitalidade, mas também na acessibilidade universal ao espaço público, uma vez que podem reduzir a mobilidade, principalmente de pessoas com algum tipo de deficiência ou restrição (ABNT, 2015[1985]).
Espaço simbólico	Nessa tipologia espacial, estão inclusos elementos com características singulares e de apoio à percepção de condições únicas de certa paisagem urbana pelos seus usuários, advindos das ideias de Lynch (2011[1960]) para marcos. Para o mesmo autor, também podem ser componentes estratégicos da forma urbana, configurados como pontos para onde se vai e de onde se vem (nós), ou seja, promotores de fluxos e apropriações em variadas escalas.
Proximidade com transporte público	Segundo Grotta (2005), o transporte público é estruturador da ordem geográfica, pois orienta o crescimento da cidade e as formas de espacialidade, ao conectar diferentes usos urbanos.
Dimensão de quadra	Quadras mais curtas, por fornecerem mais alternativas de circulação aos pedestres, tendem a fomentar o encontro, tanto entre os indivíduos quanto destes com os ambientes (JACOBS, 2011[1961]).
Dimensão de passeio	Martins e Magagnin (2010) apontam a largura efetiva de passeios, entendida com a faixa livre de circulação sem obstáculos, como indicador fundamental na avaliação da adequabilidade ao seu uso por pedestres.
Presença de vegetação	Basso e Correia (2014) indicam as relações entre a sensação de bem-estar no espaço público, que pode torná-lo vital, e o papel da vegetação arbórea na criação de microclima por meio do sombreamento, da redução da velocidade dos ventos e da evapotranspiração.
Existência de mobiliário urbano	Kohlsdorf (1996) entende que elementos de mobiliário urbano são, comumente, os principais responsáveis pela imagem de um lugar. À essa compreensão, Montenegro (2005) complementa as suas relações com os pedestres, ao lhes fornecer comodidade e conforto.

Fonte: Elaborado com base nas referências especificadas.

Basilar na definição da forma de um assentamento, a **topografia** condiciona sobremaneira tanto o traçado do sistema de vias quanto o próprio nível de acessibilidade dos espaços urbanizados. Infere-se, assim, que sítios com menor variação altimétrica e, conseqüentemente, menores ocorrências de altas declividades, tendem a impactar positivamente na vitalidade do território como um todo, já que não criam obstáculos à circulação das pessoas. A NBR 9050, promulgada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015[1985]), traz alguns parâmetros relevantes no que diz respeito às inclinações máximas confortáveis para o movimento peatonal.

Por suas características metodológicas, a sintaxe espacial não inclui, em sua análise, os possíveis polos geradores de interesse no tecido da cidade. Entendendo a importância desse tipo de **espaço simbólico** na definição da vitalidade em microescala, vale-se, no presente estudo, dos conceitos de Lynch (2011[1960]), notadamente os referentes a marcos e pontos nodais. Os primeiros, espaços pontuais e singulares, dotados de características visuais únicas, impactam positivamente a dinâmica urbanística por se tornarem importantes referenciais para os habitantes. Os segundos são referentes a locais de confluência viária, para onde se vai e de onde se vem, tanto por características de conexão de fluxos quanto por interesses de permanência. Quanto a estes últimos, destacam-se, nos núcleos urbanos brasileiros, centros comerciais, terminais de ônibus e parques urbanos, entre variadas centralidades.

Grotta e Selingardi-Sampaio (2006, p.105) lembram que, originalmente, os espaços de circulação serviam prioritariamente os pedestres, “que faziam deles suas áreas de convivência social, de sociabilidade, de exercício de atividades desenvolvidas para atender as necessidades básicas da vida [...]”. Para os mesmos autores, com o paulatino crescimento das cidades – e acentuado processo de sua expansão territorial no Brasil, por exemplo –, esses locais cederam lugar a modais de locomoção. Nesse cenário relativamente consolidado, a **proximidade com transporte público** tem se tornado essencial para a conexão intraurbana e, conseqüentemente, socioespacial nas vias públicas.

Por sua vez, as **dimensões de quadra e de passeio** são responsáveis por determinadas condições de caminhabilidade e, por decorrência, de apropriação da rua pelos pedestres. Assim, não é reforçada somente a circulação a pé, mas também o contato humano, ampliando a vitalidade espacial (GEHL, 2015[2009]). Em cidades onde o imediatismo da vida cotidiana se sobrepõe à qualidade do seu desenho, a exemplo da grande maioria dos centros latino-americanos, essas métricas urbanísticas são relegadas a segundo plano.

A **presença de vegetação** e a **existência de mobiliário urbano** também vitalizam as ruas, na medida em que favorecem a permanência de indivíduos e grupos sociais por meio de condições de conforto ambiental e pessoal. Essas variáveis vão ao encontro da observação de Lamas (2014[1993]) sobre a necessidade de observação de determinados aspectos – quantitativos, qualitativos e funcionais, por exemplo – no processo de desenho das cidades, alerta este igualmente válido para muitas áreas urbanizadas no Brasil.

Ainda nesta escala, alguns outros fatores, desta feita relacionados aos espaços privados, são igualmente importantes para a promoção da vitalidade. O Quadro 5 expõe o painel de resumo das principais referências teórico-conceituais das variáveis de microescala nesses locais.

Quadro 5: Painel teórico-conceitual de síntese descritiva de variáveis de microescala no espaço privado identificadas para análise da vitalidade urbana

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Gabarito da edificação	Gehl (2015[2009]) entende que edifícios mais baixos apresentam configuração mais favorável à percepção dos pedestres, que possuem campo de visão voltado para frente e para baixo.
Projeção de uso	Bentley et al. (2005[1985]) apontam as interações entre atividades internas e externas à edificação como fator de enriquecimento dos espaços públicos a elas relacionados.
Acessibilidade do lote	A acessibilidade do lote está estreitamente vinculada ao tipo de uso praticado no mesmo, o qual explicita as possibilidades de acesso de qualquer indivíduo a partir do espaço público (HOLANDA, 2002).
Permeabilidade do recuo	Koury (2015) aponta a possibilidade de influência de muros cegos nas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da rua à sua frente. Portanto, a permeabilidade do material de fechamento do lote é importante para a vitalidade espacial.
Permeabilidade da edificação	Os estudos de Koury (2015) também revelam o impacto da permeabilidade das edificações, notadamente das suas aberturas, na promoção de espaços vitais.
Densidade populacional	Saboya (2016) indica o axioma de que quanto maior a quantidade de pessoas em determinada área, mais ampla a possibilidade de utilização dos espaços públicos.
Dimensão do lote	Parte-se do pressuposto que lotes menores promovem maior variação quantitativa de usos e

	tipologias, o que é positivo para a vitalidade urbana (SABOYA, 2016).
--	-----------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado com base nas referências especificadas.

Gehl (2006) mostra que, quanto maior o **gabarito da edificação**, correspondente à sua própria altura, mais fraco é o relacionamento entre usuários do interior do edifício e transeuntes na rua, reduzindo a chamada “vigilância natural” e ampliando as condições de criminalidade (JACOBS, 2011[1961]). Em centros verticalizados, comuns na América Latina, essa variável deprecia a vitalidade urbana. Por sua vez, o contato humano pode ser valorizado pela **projeção de uso** do ambiente construído para o espaço aberto, tornando-o vital.

Enquanto usos residenciais são naturalmente muito controlados no que diz respeito à **acessibilidade do lote**, utilizações comerciais e de serviços, por exemplo, são mais flexíveis, porém em diferentes níveis (JACOBS, 2011[1961]). Como consequência da insegurança em cidades brasileiras, depara-se, ainda, com o crescimento paulatino da quantidade e da diversidade de aparatos de controle de espaços privados, minimizando as possibilidades de interação social nas suas transições com áreas comuns.

Sugerindo o paradigma da urbanidade em contraposição ao da formalidade, Holanda (2002) valoriza a maior proporção de aberturas e a menor densidade de barreiras para garantia da **permeabilidade do recuo e da edificação**, tanto física quanto visual. Saboya (2016) também aponta a **densidade populacional** como fundamental, corroborada pelo princípio de que onde há mais pessoas, maior a probabilidade de utilizarem o espaço público. Esse elemento se relaciona com as propostas de densificação e compactação de cidades, feitas tanto por Jacobs (2011[1961]) quanto por Gehl (2006), para quem a infraestrutura deve estar o mais próximo possível da moradia dos habitantes. Entretanto, é outra a realidade de cidades latino-americanas, cujo espraiamento induz à exclusão socioterritorial, a qual, para Rolnik (1999), possui estreito vínculo com a violência.

Como a **dimensão do lote** pode ser diretamente relacionada com a quantidade e diversidade de usos em determinado trecho urbano, sua influência é destacada no processo de revitalização espacial. Saboya (2016) indica, por exemplo, que a abundância de portas ao longo de uma quadra promove proximidade entre o interior e o exterior.

Além dos fatores relacionados aos espaços público e privado, também são imperativas as questões relativas à manutenção de componentes paisagísticos, que evita a degradação de cenários urbanizados. A problemática da conservação de elementos naturais e construídos não necessariamente está vinculada a apenas uma das duas instâncias espaciais. A essas condições efêmeras, podem ser atreladas características de atração de usuários, conforme explicitado no painel teórico-conceitual exposto no Quadro 6.

Quadro 6: Painel teórico-conceitual de síntese descritiva de variáveis de condições efêmeras identificadas para análise da vitalidade urbana

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Qualidade do passeio	Gehl (2015[2009]) releva a importância do papel do passeio no conforto do usuário, condicionado à qualidade de seus pavimentos e superfícies para o fluxo e encontro de variados grupos sociais.
Manutenção do recuo e fachada	A partir da compreensão da paisagem como a relação entre elementos privados e públicos, a preocupação com condições de manutenção não deve ser focada apenas nos critérios de uso comum do espaço, mas também deve ser atendida por parte dos proprietários das áreas particulares (MINAMI; GUIMARÃES JÚNIOR, 2001).
Integridade do mobiliário urbano	Guedes (2005) aponta a importância das características do mobiliário urbano na qualidade visual dos cenários urbanizados, enquanto Kilicaslan, Malkoc e Turel (2008) especificam que seus componentes podem influenciar a preferência dos indivíduos por determinadas vias em detrimento de outras.
Conservação de muros e fechamentos	Semelhante ao item “manutenção de recuo e fachada”, este tópico trata da preocupação do proprietário com a conservação do fechamento frontal de seu lote, uma vez que o seu impacto na percepção da paisagem como um todo é altamente relevante (MINAMI; GUIMARÃES JÚNIOR, 2001).
Conservação da vegetação	Além de contribuir para a composição paisagística e para o conforto humano, o correto trabalho de manejo e tratamento de espécies vegetais, com adequados processos de poda, irrigação e adubação, evita intercorrências negativas com outros sistemas urbanos, como calçadas e redes aéreas (MILANO; DALCIN, 2000).
Fluxo e velocidade de veículos	Há clara relação entre velocidade regulamentada para o trânsito de veículos e condições inóspitas ao fluxo e permanência de pedestres no espaço público (PICCHIONI et al., 2007).
Atratividade das fachadas e fechamentos	Gehl (2015[2009]) expõe que a presença de fachadas e fechamentos interessantes aumenta a sensação de bem-estar em locais públicos e enriquece a experiência espacial dos usuários.

Fonte: Elaborado com base nas referências especificadas.

O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana (MCidades, 2004) aponta a relevância da atenção dos gestores públicos para a baixa **qualidade do passeio**, em especial do piso, seja por

material inadequado ou por falta de manutenção, gerando desníveis, áreas escorregadias e buracos, impactantes à circulação de pedestres e, por conseguinte, à apropriação da rua. Gehl (2015[2009]) destaca essa problemática para quantidades cada vez mais significativas de idosos e pessoas com mobilidade reduzida, previsíveis no caso das cidades brasileiras.

Vargas e Castilho (2015[2006]) relatam que a deterioração física-espacial – pela insuficiência de **manutenção do recuo e fachada**, de **integridade do mobiliário urbano** e de **conservação de muros, fechamentos e da vegetação**, entre outros exemplos frequentes no Brasil – decorre no comprometimento da estrutura da paisagem, gerando decréscimo em seu valor. Esse processo conduz à desterritorialização da área degradada, já que há tendência de seus habitantes procurarem outros sítios mais valorizados para seu próprio assentamento (GADENS, 2010). Ou seja, esses problemas são, simultaneamente, causas e sintomas da perda de identidade dos indivíduos com o lugar e, conseqüentemente, de supressão de sua vitalidade.

Miranda e Cabral (2005) apontam o risco aos pedestres como um dos principais fatores de precarização da segurança urbana, principalmente por colocá-los em situação de conflito com o **fluxo e velocidade de veículos**. Por outro lado, a falta de **atratividade das fachadas e fechamentos** de lotes pode ser outro condicionante para a reduzida apropriação de vários espaços públicos urbanos no Brasil.

O conjunto de variáveis sintetizadas no conjunto de painéis teórico-conceituais antes apresentado não é restrito a cidades brasileiras. Todavia, sua aplicação em análises da vitalidade urbana em outros recortes geográficos deve ser devidamente ajustada às características locais.

3 CONCLUSÃO

Acerca dos dois primeiros temas – **paisagem e vitalidade** –, muitas referências utilizadas podem ser consideradas influenciadoras ou influenciadas por movimentos teóricos e correntes urbanísticas que surgiram, a partir do século passado, como reação ao modo hegemônico de planejamento moderno das cidades. Nessa conjuntura, destacam-se várias críticas ao funcionalismo modernista, a exemplo daquelas voltadas à desconsideração de atributos da visão serial do espaço urbanizado, à ausência da vigilância natural da rua para a segurança – física e psicológica – dos cidadãos, à falta de reconhecimento de elementos estruturadores da legibilidade e identidade da urbe e à necessidade de observação de determinados aspectos formais e funcionais no processo de desenho urbano.

Essas questões sugerem importantes bases teóricas e conceituais para o estudo da morfologia da paisagem urbana nas mais diversas situações escalares, com ênfase na macro e na microescala. A vinculação dessas aproximações com espaços públicos e privados, bem como com condições efêmeras relativas aos dois enquadramentos espaciais, deriva, no presente trabalho, em painéis descritivos de variáveis para análise da problemática referente à insuficiência de vitalidade em cidades brasileiras, mas não restritas a elas.

No tocante ao terceiro tema – **criminalidade** –, a discussão contemporânea sobre cidade e violência ultrapassa a visão do crime como fato policial isolado ou como desvio delitivo individual, passando à sua compreensão como fenômeno sociológico, de elevada relevância no Brasil e na América Latina. Portanto, o debate sobre o contexto criminológico deve ser encarado como universal e multidisciplinar, no qual a análise das relações socioespaciais fornece importantes contribuições ao entendimento da temática. Nesse ponto, tem-se o encontro entre morfologia da paisagem, vitalidade do espaço e criminalidade na cidade, mostrando que a segunda é dependente da primeira e a sua falta pode resultar na terceira.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Norma Brasileira (NBR) 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: edição institucional, 2015[1985].
- ADORNO, Sérgio. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio. (Org.) **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. São Paulo, SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS; Sumaré; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 2002. v.IV: p.267-307.

- AMARAL, Ilídio do. Acerca de “paisagem”: apontamentos para um debate. **Finisterra** – Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, PT: Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa – UL, v.XXXVI, n.72, p.75–81, 2001.
- ANTROP, Marc. *A brief history of landscape research*. In: HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERLON, Emma; ATHA, Mick. (Ed.) **The Routledge Companion to landscape studies**. 2nded. Abingdon, UK; New York, NY, US: Routledge, 2018[2013]. p.12-22.
- ARAUJO, Regina Maria Martins de. **Paisagem Iluminada: análise em vias representativas da memória de Curitiba Paraná**. 2013. 212f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13.ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2016. (Título original: *The human condition*. Chicago, IL, US: University of Chicago Press, 1958).
- BASSO, Jussara Maria; CORRÊA, Rodrigo Studart. Arborização urbana e qualificação da paisagem. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**, São Paulo, SP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.34, p.129–148, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008. (Título original: *Liquid fear*. Hoboken, NJ, US: Wiley Blackwell, 2006).
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Produção, uso de informações e diagnósticos em segurança urbana. In: PINTO, Andréia Soares; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes (Org.). **A análise criminal e o planejamento operacional**. Rio de Janeiro, RJ: Rio Segurança, 2008. p.63-91. (Série Análise Criminal)
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, v.19, n.55, p.73-89, 2004.
- BENTLEY, Ian; ALCOCK, Alan; MURRAIN, Paul; McGLYNN, Sue; SMITH, Graham. **Responsive environments: a manual for designers**. repr. Burlington, MA, US: Architectural Press; Elsevier, 2005[1985].
- BERNASKI, Joice; SOCHODOLAK, Helio. História da violência, cotidiano e vida social. In: Encontro Regional de História, XV, Curitiba, PR, 2016. **Anais...** Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2016. p.1-13.
- BOOTH, Ken. **Critical security studies and world politics**. Boulder, CO, US: Lynne Rienner, 2005.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3.ed. São Paulo, SP: 34; Editora da Universidade de São Paulo – EdUSP, 2011[2000].
- CASELLA, Luana Lacaze de Camargo. Hospitalidade dos espaços públicos: possibilidades e dificuldades em torná-lo acolhedor. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, SP: Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi – UAM-SP, ano III, n.1, p.35-45, 2006.
- CLARKE, John E.; ECK, Ronald V. **Crime analysis for problem solvers in 60 small steps**. Washington, DC, US: Community Oriented Policing Services or US Department of Justice – COPS-USDJ, 2003.
- CONZEN, Michael Robert Günther. Alnwick, Northumberland: *a study in town-plan analysis*. **Transactions and Papers**, London, UK: Institute of British Geographers, n.27, p.iv-vii, 1960.
- COSTA, Ana Paula Motta. Adolescência, violência e sociedade punitiva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP: Cortez, v.XXVI, n.83, p.63-83, 2005.
- COZENS, Paul. *Crime prevention through environmental design in Western Australia: planning for sustainable urban futures*. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, Ashurst, UK; Wessex Institute of Technology – WIT, v.3, n.3, p.272–292, 2008.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Tradução de Isabel Correia e de Carlos de Macedo. 2.ed. reimp. Lisboa, PT: Edições 70, 2015. (Título original: *The concise townscape*. Abingdon, UK: Architectural Press; Routledge, 1961)
- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo, SP: Pini, 1990.
- FERRARO, Kenneth F. **Fear of crime: interpreting victimization risk**. New York NY: Suny, 1995.
- FORMAN, Richard T.; GODRON, Michel. **Landscape ecology**. New York, NY, US: John Wiley & Sons, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Título original: *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris, FR: Gallimard, 1975)

- GADENS, Letícia Nerone. **O processo de degradação física das áreas centrais e sua relação com dinâmica urbana:** estudo de caso em Curitiba, Paraná. 2010. 150f. (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2010.
- GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios.** Barcelona, ES: Reverté, 2006.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Tradução de Anita Di Marco. 3.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2015. (Título original: *Cities for people*. Washington, DC, US: Island, 2009)
- GRBESA, Marijana. **Why if at all is the public sphere a useful concept? Politicka Misao,** Zagreb, HR: Faculty of Political Science of the University of Zagreb – UZ, v.XL, n.5, p.110-121, 2003.
- GROTTA, Carlos Alberto Diniz. O transporte urbano e a circulação na abordagem espacial: análise do transporte coletivo da região do ABCD, Grande São Paulo. 2005. 371f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, SP, 2005.
- GROTTA, Carlos Alberto Diniz; SELINGARDI-SAMPAIO, Sílvia. O transporte urbano e a circulação na abordagem espacial: análise do transporte coletivo urbano da região do ABCD, Grande São Paulo. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. (Org.) **Geografia: ações e reflexões.** Rio Claro, SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – PPGG-UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2006. p.101-116.
- GUEDES, João Batista. **Design no urbano:** metodologia de análise visual de equipamentos no meio urbano. 2005. 367f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Denilson Luis Werle. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2014. (Título original: *Strukturwandel der öffentlichkeit: untersuchungen zu einer kategorie der bürgerlichen gesellschaft*. Berlin: Neuwied, 1962)
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2016[2004].
- HARDT, Letícia Peret Antunes. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana:** aplicação a Curitiba, Paraná. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, 2000.
- HARDT, Letícia Peret Antunes. Ecologia da paisagem: fundamentos à gestão do espaço urbano. **Olam Ciência & Tecnologia**, v.4, n.1, p.597–612, 2004.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julianne. **The social logic of space.** repr.ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009[1984].
- HILLIER, Bill; PENN, Alan; HANSON, Julianne; GRAJEWSKI, Tad; XU, Jianming. **Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement.** **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, London, UK: Sage, v.20, n.1, p.29-66, Feb. 1993.
- HOLANDA, Frederico de. **O espaço da exceção.** Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília – UNB, 2002.
- IANNI, Octavio. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – PPGCS-UNESP, v.7, n.12, p.7-28, 2002.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. 3.ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great american cities*. New York, NY, US: Vintage, 1961).
- JACOBY, Karolina. **What is space syntax? Does the urban form of the city affect the level of burglary and crime?** Séminaire de Master Architectures et Villes face à la Mondialisation. **Annals..** Stockholm, SE: Royal Institute of Architecture, 2006. s.p.
- JALALADDINI, Siavash; OKTAY, Derya. **Urban public spaces and vitality: a socio-spatial analysis in the streets of Cypriot towns.** **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, Amsterdam, NL: Elsevier, v.35, p.664-674, Apr. 2012.
- KILICASLAN, Cigdem; MALKOC, Emine; TUREL, Hatice. **Comparative analysis of traditional, modern and renovated streets in physical, visual and life aspects; a case study on Buca District Izmir (Turkey).** **Indoor and Built Environment**, Thousand Oaks, CA, US: Sage, n.17, p.403-413, Oct. 2008.
- KLEIN, Regina Maria Martins de Araujo. **Paisagem Sustentada:** relações identitárias entre habitantes e espaço habitado na cidade de Curitiba, Paraná. 2018. 219f. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2010.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília – UnB, 1996.

- KOURY, Rafael. Considerações sobre a boa cidade: justiça ambiental urbana e sustentabilidade. **Arquitextos** [online]: Vitruvius: Vitalidade Urbana, ano 15, n.179.00, s.p., abr. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5520>. Acesso em: 31 maio 2017.
- KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees. *Introduction: violence and fear in Latin America*. In: KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. (Eds). **Societies of fear: the legacy of civil war, violence and terror in Latin America**. London, UK: Zed, 1999. p.1-19.
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7.ed. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014[1993].
- LARKHAM, Peter J.; JONES, Andrew N. **Glossary of urban form**. Birmingham, UK: Urban Morphology Research Group of School of Geography of University of Birmingham – UB, 1991.
- LEVISKI, David Léo. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – EdPUCRS, 2010. p.6-12.
- LYNCH, Kevin Andrew. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3.ed. São Paulo, SP: WMF Martin Fontes, 2011. (Título original: *The image of the city*. Cambridge, MA, US: Massachusetts Institute of Technology – MIT – Press, 1960).
- MACEDO, Sívio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil: 1783-2000**. 2.ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – EdUSP, 2015[1999].
- MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: diversos olhares. **Sociedade e Território**, Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, v.23, n.2, p.159-177, 2011.
- MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. A busca por segurança nas cidades contemporâneas: reflexões a partir da violência e da insegurança urbana. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB, XII, Belo Horizonte, MG, 2011. **Anais..** Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2011. s.p.
- MARTINS, Juliana C.; MAGAGNIN, Renata C. Sistema de indicadores para avaliação de acessibilidade das calçadas. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC, XIII, Canela, RS, 2010. **Anais..** Canela, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2010. p.1-10.
- MARUSIC, Janez. *Landscape typology as the basis for landscape protection and development*. **Agriculturae Conspectus Scientificus**, Zagreb, HR: Faculty of Agriculture of the University of Zagreb – UZ, v.64, n.4, p.269-274, 1999.
- MCidades – Ministério das Cidades. **Brasil Acessível – Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana: atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade**. Brasília, DF: edição institucional, 2004.
- MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. *Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*. 2006. 520f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2006.
- MELLO NETO, David Maciel de. Zonas do medo: variações geográficas do sentimento de (in)segurança no suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, v.10, n.2, p.172-191, 2016.
- MELO, Silas Nogueira de; MATIAS, Lindon Fonseca. Geografia do crime e criminologia ambiental: teorias da desorganização social e atividades de rotina. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, XI, Presidente Prudente, SP, 2015. **Anais..** Presidente Prudente, SP: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015. p.365-374.
- MILANO, Miguel Serediuk; DALCIN, Eduardo Couto. **Arborização de vias públicas**. Rio de Janeiro, RJ: Light, 2000.
- MINAMI, Issao; GUIMARÃES JÚNIOR, João Lopes. A questão da ética e da estética no meio ambiente urbano ou porque todos devemos ser belezuras. **Arquitextos** [online]: Vitruvius, ano 02, n.015.09, s.p., ago. 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/862>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- MIRANDA, Vilmar Augusto Azevedo; CABRAL, Simone Dias. A circulação dos pedestres na cidade do Rio de Janeiro. **Revista dos Transportes Públicos** São Paulo, SP: Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, ano 27, n.106, p.51-58, 2.trim. 2005.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente; MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada. Brasília, DF: edição institucional, 2006.
- MONTENEGRO, Glielson Nepocemo. A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN. 2005. 192f.

- Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, 2005.
- MONTGOMERY, John. *Making a city: urbanity, vitality and urban design*. **Journal of Urban Design**, Abingdon, UK: Carfax; Taylor & Francis, v.3, n.1, p.93-116, 1998.
- MOSER, Caroline O. N. *Urban violence and insecurity: an introductory roadmap*. **Environment & Urbanization**, Thousand Oaks, CA, US: Sage, v.16, n.2, p.3-16, Oct. 2004.
- MURATORI, Saverio. **Studi per una operante storia urbana di Venezia**. Roma, IT: Instituto Poligraphico dello Stato, 1959.
- NETTO, Vinícius de Moraes; VARGAS, Júlio Celso; SABOYA, Renato Tibiricá de. (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.4, n.2, p.261-282, dez. 2012.
- OLIVEIRA, Vítor. Morfologia urbana: diferentes abordagens. **Revista de Morfologia Urbana**, Porto, PT: Rede Lusófona de Morfologia Urbana – PNUM (Portuguese-Language Network of Urban Morphology), v.4, n.2, p.65-84, 2016.
- PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; BARROS, Ana Paula Borba Gonçalves; HOLANDA, Frederico Rosa Borges; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de Medeiros **O uso da sintaxe espacial na análise do desempenho do transporte: limites e potencialidades**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2011. (Texto para Discussão, 1630)
- PICCHIONI, Iara; THIELEN, Maria Virgínia; CREMASCO, Filomena; GRASSI, Diogo Picchioni; SOARES, Ricardo Carlos; HARTMANN, Aristeu Mazuroski Júnior; BALADÓN, Cristiano Moreno. Percepção de risco e velocidade: a lei e os motoristas. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia – CFP, v.27, n.4, p.730-745, 2007.
- PLIENINGER, Tobias; TROMMLER, Kathrin; KIZOS, Thanasis. *Report describing the cultural landscape framework developed, including a dictionary of terms*. Brussels, BE: Project Hercules – Sustainable Futures for Europe’s Heritage in Cultural Landscapes, 2014. (D1.1)
- ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, v.13, n.4, p.100-111, dez. 1999.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. 2.ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2001. (Título original: *L’architettura della città*. Padova, IT: Toni Marsilio, 1966)
- SABOYA, Renato Tibiricá de. Fatores morfológicos da vitalidade urbana – parte 1: densidade de usos e pessoas. **ArchDaily [online]**, s.p., nov. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- SANTOS, Álvaro Moreira dos. Segurança e globalização: a perspectiva dos estudos críticos de segurança. **Proelium – Revista Científica de Segurança Interna**, Lisboa, PT: Academia Militar, v.7, n.10, p.107-114, jan./jun. 2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. reimp. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2008[1996]. (Coleção Milton Santos)
- SAUER, Carl O. *The morphology of landscape*. **Publications in Geography**, v.2, n.2, p. 19-53, 1925.
- SCHMIDT, Betina E.; SCHRÖEDER, Ingo W. *Introduction: violent imaginaries and violent practices*. In: SCHMIDT, Betina E.; SCHRÖEDER, Ingo W. (Ed.) **Anthropology of violence and conflict**. London, UK: Routledge; European Association of Social Anthropologists – EASA, 2001. p.1-24.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2014. (Título original: *The fall of public man*. New York, NY, US: Alfred Knopf, 1976)
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A violência na história e a legitimidade da desobediência civil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, PR: Editora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, n.35, p.43-60, 2001.
- TIESKENS, Koen; SCHULP, Nynke; VERBURG, Peter; KUEMMERLE, Tobias. *Typology of cultural landscapes*. Brussels, BE: Project Hercules – Sustainable Futures for Europe’s Heritage in Cultural Landscapes, 2014. (D4.1)
- TRICART, Jean. *Paysage et écologie*. **Revue de Géomorphologie Dynamique**, Paris, FR: Persée, v.XXVIII, n.3, p.81-95, 1979.
- TURNER, Monica G.; GARDNER, Robert H.; O’NEILL, Robert V. **Landscape ecology in theory and practice: pattern and process**. 2nded. New York, NY, US: Springer-Verlag, 2015[2001].
- VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2015[2006].

- VENTURI, Luis Antonio Bittar. A dimensão territorial da paisagem geográfica. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, VI, Goiânia, GO, 2004. **Anais...** Goiânia, GO: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2004. 11p.
- VIEIRA, Érico Douglas; STENGEL, Márcia. Individualismo, liberdade e segurança na pós-modernidade. **ECOS** – Estudos Contemporâneos da Subjetividade, Campos dos Goytacazes, RJ: Curso de Psicologia do Instituto de Ciências da Sociedade Desenvolvimento Regional do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense – UFF, v.2, n.2, p.345-357, 2012.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo, SP: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP, 2001[1998].
- VOS, Willem de. *The history of European landscape painting*. In: KLIJN, Jan A.; VOS, Willem de. (Ed.). **From landscape ecology to landscape science**. Wageningen, NL: WLO Kluwer Academic, 2000. p.81-96.
- WHITEHAND, Jeremy W. R. *Conzenian urban morphology and urban landscapes*. In: International Space Syntax Symposium, 6th, Istambul, TR, 2007. **Annals..** Istambul, TR: Faculty of Architecture of Istanbul Technical University – ITU, 2007. p.103-109.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Edital N° 09/2018), à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FAADCT – Edital N° 09/2016) e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR – Edital N° 03/2016), pelo financiamento da pesquisa.